



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

CORRESPONDÊNCIA

Recebido em
03/11/86
às 19:12 horas
Evandro Donizetto

MENSAGEM Nº 025 , de 31 . 10.86.

Exmº Sr.

Dr. Norton Antônio Fagundes Reis
DD. Presidente da
Câmara Municipal de Ubá
NESTA

A
Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

Em 03/11/86

A
Presidente da Câmara

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Em 03/11/86

Presidente da Câmara

Senhor Presidente:

*Cópia a todos os
Srs. e Sras.
Em 03/11/86*

Temos a elevada honra de encaminhar a V.Exª, para a devida apreciação dos ilustres Vereadores dessa egrégia Câmara, o Projeto de Lei a esta acoplado, que **"reformula o texto da Lei que criou a COMDEC, neste Município, estabelecendo suas diretrizes de ação em caso de fatos adversos e dando outras providências"**, em virtude das incorreções e omissões havidas no texto original da Lei nº 1.344, de 07 de abril de 1980, que criou, à época, a então Coordenadoria Municipal de Defesa Civil no Município de Ubá, que agora passará a denominar-se **Comissão Municipal de Defesa Civil**, por orientação da própria CEDEC-Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, adstrita ao Chefe do Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais.

Deixando de lado quaisquer considerações de ordem emocional que o assunto comporta, eis que se prende a questões envolvendo o sentimento humano, particularmente o de solidariedade, fixamo-nos na obrigatoriedade que tem o Poder Público de zelar pelo bem-estar psíquico e físico da população, ao elaborarmos o presente Projeto de Lei, que corrige e complementa o texto da Lei citada, conforme as normas utilizadas para os demais Municípios e segundo as normas legais em vigor.

Essa obrigatoriedade a que nos referimos, ao lado de seu aspecto moral, fundamenta-se em dispositivos constitucionais e legislações pertinentes, muito especialmente no Decreto Federal nº 67.347, de 05 de outubro de 1970, que em seu artigo 3º, § 1º, diz, textualmente:

"O ato de prestação de socorro deverá normalmente iniciar-se através do Município, seguindo-se o Estado ou Território e a União".

Há que se considerar, ainda, que este Projeto, transformado em Lei, pela soberana vontade dos nobres integrantes dessa Casa, irá instrumentalizar o Poder Público Municipal para agir, de forma racional e objetiva, em caso de ocorrência de eventos calamitosos no âmbito do Município, suprimindo, pois, a ação desordenada de entidades públicas e privadas, bem como do voluntariado que, nessas circunstâncias, dificulta, onera e retarda os trabalhos de atendimento à população atingida.

Desnecessário será, todavia, imprimir-se aqui uma explanação maior, mormente porque tal instrumento apenas altera terminologias da Lei nº 1.344, e não o seu espírito. Além disso, todas as razões que justificam esta medida já estão contidas nos "considerandos" do Projeto de Lei em apreço.



ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ
Gabinete do Prefeito

fl.02

Assim sendo, confiantes na aprovação da presente matéria, para a qual solicitamos **"regime de urgência"**, com fulcro no art. 59, da Lei Complementar nº 3, de 28 de dezembro de 1972, prevalecemo-nos do ensejo para apresentar a V.Exª e aos seus dignos pares as expressões costumeiras de nosso sincero respeito, real estima e distinta consideração.

Cordialmente,



JOSÉ BIGONHA GAZOLLA
Prefeito Municipal

Ubá, MG, 31 de outubro de 1986.

/maq